



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

TANTAS MÁRÉS: SOBRE (VIVER) DO MARISCO

LAÍS CRISTIANE TEIXEIRA DE CARVALHO

CACHOEIRA/BA

2012

LAÍS CRISTIANE TEIXEIRA DE CARVALHO

TANTAS MÁRÉS: SOBRE (VIVER) DO MARISCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Prof^ª: Msc. Heleni de Ávila

CACHOEIRA/BA

2012

B662 Carvalho, Laís Cristiane Teixeira de.
Tantas márs: sobre(viver) do marisco / Laís Cristiane Teixeira
de Carvalho .– Cachoeira, 2012.
52f. ; 22 cm.

Orientador: Prof^o Ms. Heleni Duarte Dantas de Ávila.
Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

1.Serviço social. 2.Meio ambiente. 3.Quilombos. I.Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia. II.Título.

CDD:361

LAÍS CRISTIANE TEIXEIRA DE CARVALHO

TANTAS MARÉS: SOBRE(VIVER) DO MARISCO

Monografia apresentada ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Cachoeira, Bahia ____ de dezembro de 2012.

Aprovada em: ____ de _____ de _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Msc. Heleni de Ávila

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
(Orientadora)

Profª Msc. Jucileide Nascimento

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Msc. Simone Brandão

Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A Luiz Antônio de Carvalho, o meu gordinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre comigo por me guiar e colocar em meu caminho pessoas que transmitiam em seu amor e me mostraram que a perseverança deve prevalecer acima de qualquer obstáculo para a realização de um sonho.

A minha família, por estarem ao meu lado em todos os momentos, alegres e tristes. Pais, Irmãos, Tios, Primos, Sobrinhos e Cunhados.

A meu pais, meus gordinhos, Luiz Antônio e Edy, pela força, pelo empenho para me manter estudando, acreditando e incentivando sempre em seguir caminhos que eu achava impossíveis de chegar. Vocês me ensinaram a lutar, a persistir e principalmente, que o amor supera qualquer dificuldade.

As minhas irmãs, Lu e Bis, por serem o meu ponto de equilíbrio e desequilíbrio, por estarem presentes, e pela força, sempre. Eu amo vcs!

A Luiz Carvalho, meu vózinho querido, pela alegria, entusiasmo em cada breve minuto ao telefone, por poder contar sempre com ele. Te amo, pãozinho!

A Vovó Zelita, a pessoa mais dedicada a ensinar e aprender que eu conheci, e de quem sinto falta em todos os dias. Com os seus “tapas de luva” nos fazia pensar sobre quem somos e o que queremos. Foi querendo ser um pouco do que você ainda é, dentro de cada um de nós, que eu escolhi ser como você, a melhor pessoa que eu já conheci.

A minha avó Diná, uma mulher guerreira que soube lidar com as dificuldades que a vida foi colocando em seu caminho, sem perder a fé e a sabedoria que a vida lhe deu. Por demonstrar seu amor em cada ligação. Com ela eu aprendi que conhecimento não se aprende apenas nos bancos de escola. Te amo Vó.

Ao meu namorado Willy, por estar comigo ao longo desses anos me ajudando a chegar onde estou, me ensinado a ser uma pessoa mais tranquila. Agradeço a Deus o dia em que te conheci. Te amo, Xeru!

A Tia Lenna e Tio Ricardo por me acolherem, inicialmente nos finais de semana e posteriormente no fim dessa jornada, sempre com muito carinho e atenção que merece uma filha. Vocês vão ser para sempre os meus segundos pais. Eu amo vocês.

Aos meus pequenos, Luna, Luiz Philipe Mariáh e Thales, também conhecidos por Nex, Tchuchuquinho, Dinda e Meu Preto. O carinho, a alegria, o sorriso de vocês foram um conforto para continuar todos os dias. Tia/Prima/Dinda Laís ama vocês muito!!

A família que eu encontrei em Cachoeira, Tia Vel, Jan, Juninho, Gabi, Ricardo e Ane. Vocês não fazem ideia do quanto é bom saber que estiveram pertinho de mim nesses anos, que estive longe da minha família, cuidando de mim, me adotando.

As meninas da Republica Eva, Ari, Cari, Cari, Jel, Greice, Mi, vocês me ensinaram a crescer, brigando e fazendo as pazes foram peças fundamentais em minha formação como pessoa. Agradeço a Deus todos os dias por ter colocado vocês em meu caminho.

Aos Vizinhos da Barão de Najé, que me acolheram e me fizeram sentir parte de uma cidade que eu não tinha como minha. Ana, Bete, Seu Cacau, Déa, César, João, D. Dalva, Saulo e Wille, vocês com certeza me fazem sentir falta de um pedacinho de Cachocity.

Aos amigos que mesmo de longe, sempre deram um jeito de participar da minha vida, incentivando e fazendo brotar um sorriso de saudade. Apoiando e mostrando que mesmo com as dificuldades estariam sempre comigo. Lua, Nata, Dani(Al), Nati, Tia, Moça, Moço, Ninho, Mel, Chico, Fá, Vevel, Luiz Paulo, Bel, John, Dera, Vini(Tio), Sam(B) e tantos outros que poderiam preencher um capítulo se fosse cita-los aqui.

Aos amigos que conheci em Cachoeira e para sempre estarão comigo. Vocês que acompanharam de perto cada dia, riram e choraram comigo, Janice, Paulinho, Ramile, Zilma, Tainara, Dinha, Sarinha, Elisama, Mari, Zene, Daniel, Pivas, e tantos outros. Essa jornada não seria a mesma se não fosse vocês.

Aos Professores que abraçaram a nossa turma e vibraram a cada vitória. Especialmente a minha orientadoda, Heleni. Lindinha, só tenho a agradecer por ter abraçado comigo a causa do meio ambiente, pelo esforço, paciência de dedicação! Só tenho a agradecer por ter trabalhado com uma profissional como você.

Aos Funcionários do CAHL, que sempre com um sorriso, aguentaram nossas bagunças, especialmente a Saulo, Wille e Dênis pelo apoio e carinho desde o primeiro dia de aula no Colégio Sacramentinas. Vocês certamente contribuíram para a realização desse sonho.

As colegas de trabalho da SETRE e principalmente da CDP, onde fiz verdadeiras amizades e descobri que o local de trabalho pode ser bem prazeroso. Adorei conhecer Dani. Manu, Cláudia, Ana e Elis.

As marisqueiras e pessoal do Iguape por me concederem a rica experiência de aprender sobre o que é viver do marisco, e dessa forma proporcionaram que essa vitória acontecesse.

Minha sincera gratidão!

“Cada um de nós é uma palavra divina que não se repete”

Joselita Meira de Carvalho

RESUMO

O Serviço Social ao longo dos anos vem aumentando e enriquecendo seus estudos na área do meio ambiente. Anteriormente voltada para uma atividade filantrópica, hoje a profissão se lança em novos horizontes mostrando as possibilidades de contribuição que tem para novas áreas do conhecimento, como é o caso do meio ambiente. A questão ambiental passa a ser largamente difundida a partir da década de 1990. No contexto do meio ambiente, a exploração e apropriação da riqueza na mão de poucos é um fator comum. Nessa lógica do capital, de apropriação dos bens naturais destruições desses para o acúmulo de riquezas, o grupo que mais sofre são o das comunidades mais pobres, especificamente aquelas que vivem do que o ambiente oferece para prover o seu sustento. Para ilustrar este cenário, foi escolhida a comunidade de Santiago do Iguape, distrito de Cachoeira – Ba, no interior do Recôncavo. Em Santiago do Iguape a população vive em situação de vulnerabilidade social, e para atendê-la e dar o suporte necessário, existe o CRAS quilombola, com o qual contamos com a ajuda para realização da pesquisa. Nessa região, como já ficou subentendido, existem vestígios da existência de uma comunidade quilombola, e por se reconhecerem como descendentes de escravos, como “remanescentes das comunidades de quilombos”, o grupo luta na justiça para serem reconhecidos como tal e terem seus direitos sociais, culturais e territoriais reconhecidos por lei, como está previsto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã. O trabalho de conclusão de curso intitulado tantas marés: (sobre)viver do marisco, busca enriquecer os trabalhos em Serviço Social voltados para a área do Meio Ambiente. Tem por objetivo analisar a percepção das marisqueiras de Santiago do Iguape sobre o meio ambiente tendo em vista as relações com os traços quilombolas presentes na região e seu espaço de labor diário. Para delimitação, foram escolhidas as marisqueiras moradoras das redondezas do CRAS, totalizando 8 (oito) entrevistadas, e orientados por um roteiro de entrevista, deixamos as narrativas livres. A análise dos dados foi desenvolvida utilizando o modelo de interpretação e compreensão sugerido por Miles e Huberman. A partir dos resultados foi percebida a necessidade de criação de um programa voltado para a realidade destas mulheres, onde se discute as atividades do seu dia a dia, a importância do seu passado, a relação com o meio ambiente, e principalmente a conscientização do impacto do seu trabalho no dia a dia e no impacto com a natureza.

Palavras chave: Serviço Social, Quilombos, Marisqueiras e Meio Ambiente

ABSTRACT

Social work over the years has been increasing and enriching their studies in the area of the environment. Previously facing a philanthropic activity, the profession today launches into new horizons showing the potential contribution that has to new areas of knowledge, such as the environment. The environmental issue becomes widespread from the 1990s. In the context of the environment, exploitation and appropriation of wealth in the hands of a few is a common factor. In this logic of capital, ownership of natural resources such destruction to the accumulation of wealth, the group that suffers most are the poorest communities, especially those living in that environment offers to provide sustenance. To illustrate this scenario, we chose the community of Santiago Iguape district Waterfall - Ba inside the Reconcavo. In Santiago, Iguape the population lives in social vulnerability, and caters to it and provide the necessary support, there is CRAS maroon, with whom we rely on to help carry out the research. In this region, as already implied, there are traces of the existence of a maroon community, and recognize themselves as descendants of slaves as "remnants of Quilombo communities," the group fight in court to be recognized as such and have their social rights , cultural and territorial recognized by law, as provided in Article 68 of the Temporary Constitutional Provisions Act of 1988 Federal Constitution, the Constitution Citizen. The completion of course work titled many tides: (over) live marisco, search enrich work in Social Work aimed at the area of Environment. Aims to analyze the perception of marisqueiras restaurants in Santiago de Iguape on the environment in view of the relations with the Maroons traits present in the region and its space of daily labor. For delimitation, were chosen marisqueiras restaurants nearby residents of CRAS, totaling eight (8) respondents, and guided by a structured interview, let the free narratives. Data analysis was developed using the model of interpretation and understanding suggested by Miles and Huberman. From the results it was perceived the need to create a program focused on the reality of these women, which discusses the activities of your daily life, the importance of its past, the relationship with the environment, and especially awareness of the impact their work on a daily and on impact with nature.

Keywords: Social Work, Quilombo, Marisqueiras and Environment

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização de Cachoeira e Santiago do Iguape

Figura 2: A rotina das marisqueiras: uma jornada de 12 horas de trabalho

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

CECVI – Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguaçu

CF- Constituição Federal

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

FCP – Fundação Cultural de Palmares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OIT – Organização Internacional do trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PAIF – Proteção e Atendimento integral a Família

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1 SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL	17
1.1 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	18
1.2 SINTONIZANDO O SERVIÇO SOCIAL COM OS NOVOS TEMPOS.....	20
1.3SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: UM DEBATE NECESSÁRIO.....	24
2 O QUILOMBO E A LUTA PELA TERRA	28
2.1 FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL	29
2.2A LUTA PELA TERRA	34
2.3 SANTIAGO DO IGUAPE	36
2.4 VIVER DO MARISCO	39
3 DESCOBRINDO AS MARÉS	42
3.1 O CAMINHAR METODOLÓGICO.....	43
3.2 SUJEITOS DE ESTUDO.....	45
3.3 ATIVIDADE DE MARISCAGEM NO IGUAPE	46
3.4 AMPLITUDE DO OLHAR BUSCANDO ENXERGAR PARA COMPREENDER	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	
APÊNDICE	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os incipientes estudos em Serviço Social sobre o meio ambiente começaram a serem feitos após o movimento de reconceituação da profissão, em 1960 onde as bases sociais passam a se expandir no processo de formação da profissão. A intenção de ruptura possibilitou ao assistente social perceber-se como um profissional crítico, político associado a uma exigência teórica mais rigorosa para o desenvolvimento de sua ação.

O Serviço Social rompe com uma visão endógena, deixando de operar de forma indireta na amenização dos conflitos entre a burguesia e a classe operária. O caráter filantrópico foi substituído por uma visão mais “humanista”, por continuar aderindo aos dogmas da Igreja católica.

Não diferente acontecem com os trabalhos do Serviço Social voltados para o Meio Ambiente, o primeiro foi datado do ano de 1990, e desta data até o ano de 2006 apenas 40 trabalhos foram relacionados a área do meio ambiente, dentre os quais os anais lideram o número de publicações, seguido dos cadernos de jornadas, periódicos e teses.

O surgimento de novas demandas implica a necessidade da categoria de entender as novas relações que se instituem na sociedade capitalista atualmente, fruto das mudanças que se estabelecem e resultam em novas formas de expressão da “questão social” e consequentemente em novas formas de enfrentamento por parte dos(as)¹ Assistentes Sociais.

A percepção dos problemas ambientais pela ótica da acumulação do capital, no desequilíbrio ambiental torna possível identificar, formas de manifestação da desigualdade social, uma vez que em consequência desse desequilíbrio não se manifesta de forma homogênea entre todos os segmentos da sociedade. (SANTOS, p. 45, 2007)

¹ RESOLUÇÃO CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011, que possui como ementa: Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. E, considera, ademais, a necessidade de garantir a linguagem de gênero, incluindo nos textos do Código de Ética a menção de “ambos os gêneros”, conforme procedimento que vem sendo adotado em todos os textos e publicações do CFESS, de forma a contribuir com uma atitude de desconstrução do machismo na linguagem gramatical;

A preocupação com o meio ambiente se dá pela necessidade que temos de avaliar a relação que vem se desenvolvendo entre a sociedade e a natureza, expandindo a questão ambiental para além da ideia de preservação. Neste mundo onde a divisão de classes pelo modo capitalista de produção, essa divisão não determina a parte que irá deter os modos de produção, mas também aquela que irá sofrer as maiores consequências ocasionadas pelo impacto de degradação ambiental.

Com o intuito de contribuir para a construção do conhecimento na área do meio ambiente, identificou-se a população de Santiago do Iguape, como uma dessas camadas que mais sofre com a degradação ambiental, pois como uma comunidade quilombola, entende-se que vive do que produz, do que o ambiente proporciona.

A comunidade de Santiago do Iguape está localizado a 39 Km de Cachoeira, esta pequena região faz fronteira com outras comunidades que compõem a Bacia do Vale do Iguape: Kaonge, Dendê, Kalemba, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Tombo, Kalole, Imbira, Engenho da Vitória, Kaibongo, Guaiba, Engenho da Cruz e Engenho Novo.

Existem indicativos de que nesta região haviam comunidades de quilombos, e reconhecendo sua descendência, o grupo do conselho quilombola lidera uma luta em favor do reconhecimento desta como remanescentes das comunidades de quilombos, de acordo com o artigo 68 da Constituição Brasileira.

O quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada de “homens e mulheres que se recusavam viver sob regime de escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e luta contra esse sistema.”(SILVA *apud* MUNANGA E GOMES, p.2, 2009)

A garantia do reconhecimento de suas terras assegura aos remanescentes das comunidades de quilombos seus direitos sociais, culturais e territoriais, que, de acordo com o Governo Federal, é feita através da garantia da terra, pois “a terra é elemento fundamental e que singulariza o modo de viver e de produzir das comunidades quilombolas” (Comunidades Quilombolas Brasileiras regularização Fundiária e Políticas Públicas p.6, 2007)

A luta pelo reconhecimento é um assunto que vem sendo debatido por muitos pesquisadores, principalmente no que tange sobre as garantias que a Constituição cidadã

oferece a esses grupos de remanescentes, não só os direitos territoriais, como os culturais e sociais.

Dentro desse grupo onde podemos encontrar diversas e ricas contribuições para o conhecimento, o grupo de marisqueiras foi escolhido por representar uma parte dessa sociedade que sofreu poucas alterações em seu modo de vida e trabalho, tendo em vista que a atividade que desenvolvida foi passada de geração pra geração.

Existem hoje no nordeste brasileiro cerca de 50 mil famílias² que vivem da mariscagem. Este trabalho artesanal exige conhecimentos como o período de pesca em função da maré, saber qual é o melhor marisco de valor econômico, como agir diante das mudanças climáticas e nos períodos de reprodução dos mariscos.

Desmistificando os preconceitos e percepções que depreciam as mulheres e as populações ribeirinhas, este trabalho proporciona adentrar em sua densa rotina de atividades voltadas para o trabalho no mangue e os afazeres domésticos.

Para aproximar deste grupo, contei com a ajuda da incubadora³ e dos pesquisadores do projeto “saber dos sabores quilombolas”, os quais já vinham trabalhando na região e com o mesmo grupo de enfoque, o que proporcionou um entendimento de suas atividades ao acompanhá-las em um dia de sua rotina e posteriormente confecção e aplicação de um roteiro de entrevistas que as induzia a falar sobre sua percepção sobre o acesso aos programas e atividades oferecidas pelo governo naquela comunidade, o reconhecimento como remanescentes quilombolas, o meio ambiente e percepção de impactos que interferissem diretamente em suas vidas.

Como o grupo que fazia parte do projeto era grande, devido ao alto número de marisqueiras em todo o Vale do Iguape, este trabalho deteve suas atividades ao número de mulheres marisqueiras moradoras do entorno no CRAS – Centro de Referência em Assistência Social - Quilombola. Do total foram entrevistadas 8 (oito) mulheres, das 16 que eram marisqueiras.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi analisar a percepção das marisqueiras de Santiago do Iguape sobre o meio ambiente tendo em vista a relação com os traços quilombolas presentes na região e seu espaço de labor diário.

²Ministério do Trabalho e Emprego. Saúde e Segurança no trabalho das Pescadoras Marisqueiras. 2011.

³ Trata-se de um projeto vinculado a UFRB por possuir docentes da universidade de áreas interdisciplinares do conhecimento os quais contribuem, cada um com sua particularidade, para formação de um projeto que tem como finalidade estimular a geração de trabalho e renda através da reaplicação da tecnologia social de incubação dos empreendimentos econômicos solidários (EES).

O trabalho, então ficou dividido da seguinte forma: o capítulo 1 faz um apanhado histórico da profissão do Serviço Social desde o seu surgimento nos Estados Unidos, passando pela implementação deste no Brasil e seu movimento de Reconceituação, momento em que a profissão passa a buscar novos horizontes de atuação, deixando de ser uma profissão meramente passiva, para atuar nas tomadas de decisões. Em seguida, sintoniza o Serviço Social com os novos tempos tratando a questão social, hoje, associada às múltiplas formas de desigualdade espalhadas na sociedade, no trabalho, na família, na área habitacional etc. As quais, no modelo atual, são impensáveis serem mediadas sem a intervenção do Estado. Passando para o debate da profissão com o meio ambiente, nos modos como o capital interferem na degradação deste atingindo principalmente as camadas mais baixas da população.

O capítulo 2 vem tratar a questão quilombola. Trazendo primeiro um apanhado histórico sobre a formação dos quilombos no Brasil, segue tratando sobre os desafios da luta pela terra e reconhecimento como remanescentes de quilombos. E, após uma breve descrição sobre o quilombo em questão e seus protagonistas, vem tratar especificamente das nossas atrizes em questão, as marisqueiras, e suas atividades de labor diário.

O capítulo 3 propõe-se a descrever como foi pensado e desenvolvido este trabalho através de sua metodologia e parcerias encontradas não só para a coleta de dados como para aproximação e familiarização com o objeto de estudo. Através da parceria com o Projeto Saber dos Sabores Quilombolas. Por este motivo tive propriedade para descrever o dia a dia e principalmente o dia de trabalho das mulheres marisqueiras, assim como traçar o perfil daquelas que concederam riquíssima entrevista.

1 SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL



“... Não eu acho que aqui a questão de meio-ambiente ainda tem muito o que melhorar, na questão da comunidade, do povo entendeu? ... mas a comunidade também num tem clareamento das coisa, que significa aquilo, num sabe a importância que tem...” Laranja

1.1 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

O Surgimento e institucionalização do Serviço Social como especialização do trabalho ocorre nos anos 20 e 30, sob influência católica europeia, com ênfase nas ideias da americana Mary Richmond e nos fundamentos do Serviço Social de Caso. A serviço da doutrina social da Igreja buscava sempre a recristianização da sociedade de grupos sociais básicos, em especial a família, por ser um sistema no qual se conjugam valores e podem ser facilmente disseminados.

Em seus princípios, o Serviço Social serviu aos propósitos da burguesia, que utilizou os primeiros profissionais da área para, de forma indireta, para amenizar os conflitos surgidos entre a crescente classe operária absorvida pelo sistema capitalista em ascensão tanto na Europa quanto nos Estados Unidos da América, com a Revolução Industrial.

As duas primeiras décadas do século XX foram caracterizadas por intensas lutas travadas entre as forças da organização política e sindical dos trabalhadores e as forças da organização política e sindical e as forças constitutivas do capitalismo monopolista. O caráter filantrópico da profissão persistiu por algum tempo por continuar aderindo aos Dogmas da Igreja, o que deu um aspecto ‘humanista’, perfil este que foi incorporado no início do século passado, pelo Serviço Social desenvolvido no Brasil.

No processo de institucionalização e legitimação da profissão na sociedade capitalista, não diferenciou-se de outros países em crescente industrialização onde o Estado intervia nos processos de regulação social. Neste país, além do Estado, entrou em parceria o empresariado e a Igreja católica a fim de conter as manifestações da questão social que cada vez mais ganhavam cunho político.

Nos anos 30, período em que o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais através de medidas controladoras, assistenciais e paternalistas do governo Vargas, são criadas as primeiras escolas de Serviço Social no país com a atuação das Igrejas Católicas nos movimentos sociais. A primeira surgiu no Estado de São Paulo, já que este era e ainda é, o maior polo industrial existente, e posteriormente no Rio de Janeiro, pelo seu grande censo de serviços (transporte e portos) e pelo seu alto número de grandes proletários. As duas tiveram suas bases doutrinárias regidas pela Doutrina Social da Igreja no ideário Franco-Belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (sec. XII).

É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social e da igreja em face da “questão social”. (YAZBECK, 2009, p. 8)

Aos poucos os trabalho dos(as) assistentes sociais vão deixando de ser direcionados pelas encíclicas papais - *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* - onde as principais atividades desenvolvidas pelas moças era de educação popular, pesquisas sociais e organização da assistência, e em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

O trabalho que era principalmente voltado às famílias dos trabalhadores, especialmente por mulheres e crianças, em abordagens individuais e grupais, muda seus caminhos por volta de 1950 quando a industrialização andava a pleno vapor e a “questão social” apresenta novas demandas aos Assistentes Sociais, exigindo destes novas práticas profissionais.

É quando acontece o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, ligados aos aspectos sociopolíticos existentes nos países latino americanos em 1960, onde os profissionais passam a rever sua forma de atuação que já não atendia as demandas que lhe eram apresentadas. A intenção de ruptura⁴ possibilitou ao assistente social perceber-se como um profissional crítico, político associado a uma exigência teórica mais rigorosa para o desenvolvimento de sua ação.

A profissão, então, amplia suas bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das ações antes emanadas apenas pelo Estado e, a partir desse momento, “tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais”. (*idem*, 2009, p. 10).

O surgimento de novas demandas implica a necessidade da categoria de entender as novas relações que se instituem na sociedade capitalista atualmente, fruto das mudanças que se estabelecem e resultam em novas formas de expressão da “questão social” e consequentemente em novas formas de enfrentamento por parte dos Assistentes Sociais.

O que se define hoje como questão ambiental não era um tema muito debatido na época. A questão ambiental só vai ser largamente difundida na década de 1990. As dificuldades para tal foram sintetizadas por Maria das Graças Silva e Silva, entre outras, como

⁴ Termo utilizado por José Paulo Netto para referir-se a perspectiva renovadora.

“o difícil reconhecimento da materialidade da natureza, em seus fluxos físicos, químicos, biológicos e energéticos, na configuração das relações sociais próprias de cada formação socioeconômica historicamente determinada” (*idem*, 2010, p. 18)

No contexto do meio ambiente, a exploração e apropriação da riqueza na mão de poucos é um fator comum. No período da revolução industrial, início do século XVIII na Inglaterra, foi que iniciou-se o processo de poluição a partir da utilização do carvão mineral como fonte de energia das grandes máquinas à vapor. O comércio se expandiu e a utilização cada vez mais intensa das máquinas foi requisitado como forma de dar conta da alta demanda. O homem conseguiu alcançar o progresso e fazer com que a natureza “trabalhasse” através das máquinas.

Nesse processo de acumulação, a retenção dos lucros, hoje, é um aspecto que marca o momento presente da economia. A adoção de tecnologias de base microeletrônica, de novos modelos de gestão e consumo da força de trabalho, ou seja, o uso de estratégias produtivistas contribuem cada vez mais para acirrar a competição intercapitalista.

1.2 SINTONIZANDO O SERVIÇO SOCIAL COM OS NOVOS TEMPOS

Desde a década de 1970 algumas mudanças vêm ocorrendo no cenário contemporâneo e ganhando maior expressão nos anos 90. São caracterizadas pela globalização da produção e dos mercados, que ocorrem através da flexibilização da economia. Esse novo cenário traz a tona repensar as funções do Estado e sua relação com a sociedade, impondo novas exigências ao Serviço Social, caracterizando desafios e perspectivas a profissão.

O surgimento de novas demandas implica em repensar o fazer profissional, que propõe analisar as relações sociais desse capitalismo contemporâneo, que resultam em novas expressões da “questão social” e conseqüentemente em inovadoras formas de enfrentamento da questão social.

A questão social, hoje, está associada às múltiplas formas de desigualdade espalhadas na sociedade, no trabalho, na família, na área habitacional etc. As quais, no modelo atual, são impensáveis serem mediadas sem a intervenção do Estado.

A questão social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política.(YAZBECK, 2009, p. 3)

No cenário pós-guerra demarcado por um longo ciclo expansionista da economia internacional do capital industrial. O assistente social é convidado a trabalhar na implantação de uma rede pública de serviços sociais a fim de reverter as crises econômicas do capital, ocorridas pela expansão do emprego – modelo keynesiano- que deu abertura a outros países a se tornarem fortes competidores com os estados Unidos.

A competitividade veio acompanhada de uma desregulamentação dos direitos do trabalho e estratégias de informalizar a contratação dos trabalhadores, impulsionado pela crescente aumento de trabalhadores desempregados e tecnologia de base e microeletrônica, informática e robótica.

“No atual quadro recessivo da produção econômica mundial, as lutas sindicais encontram-se fragilizadas e a defesa do trabalho é dificultada diante do crescimento das taxas de desemprego” (Iamamoto, p.33,2008). As transformações no mundo do trabalho vêm acompanhadas de mudanças na esfera do Estado, a exemplo o projeto Neoliberal, uma reação do estado de Bem-Estar Social, contra a social Democracia.

No Brasil, o Neoliberalismo consolidou-se no governo Collor (1989) e de forma mais intensa nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, acarretando mudanças na forma de organização social, como a retomada a filantropia e estímulo ao voluntariado, assim como perdas em relação aos direitos alcançados com a constituição de 1988. Exemplo, a perda de direitos trabalhistas alcançados por lutas em função de acordos que beneficiassem as duas partes empregador e empregado.

Essas mudanças ocorridas no mercado de trabalho também podem ser percebidas nas áreas de trabalho em que a categoria de assistentes sociais vem sendo inserida. A polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalhos temporários, fundem-se numa realidade em que altera os processos seletivos para os postos de trabalho no campo do Serviço Social.

A exemplo tem-se o Serviço Social que antes era chamado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais e criar um comportamento produtivo da força de trabalho,

hoje se ampliam as demandas ao nível de atuação no controle de qualidade, estimulando uma aproximação entre gerência e trabalhadores valorizando um discurso de chamamento a participação.

Outro fator que chama atenção é o fato de o Estado ainda ser o maior empregador da área, seguido de empresas privadas e os inseridos no terceiro setor. Além disso, as organizações não governamentais – ONGs, consomem outra fatia do mercado profissional, o qual precisa ser revisto e melhor qualificado. Iamamoto nos chama atenção para esta qualificação alertando: “Faz-se necessário um trato mais rigoroso da questão, havendo a necessidade de discutir inclusive entre o público e o estatal”. (*idem*, p. 44, 2008)

Repensar a profissão exige mudar o olhar que se tem sobre ela criado no século passado quando ainda se volta para um profissional meramente executor. Atualmente além de executar, o assistente social propõe, ele age sobre as políticas sociais que implanta, especialmente as políticas públicas.

A questão a ser enfrentada volta-se ainda para o rompimento de uma visão endógena, de dentro para dentro para ultrapassar essa atividade rotineira e burocrática do serviço social, a fim de desenvolver novas possibilidades de atuação que possam realmente contribuir para atuação junto à sociedade e resultem em mudanças concretas e não apenas paliativas.

É necessário, também, evitar uma perspectiva que Iamamoto chama de *messianismo profissional*: trata-se de uma visão heroica que reforça a subjetividade dos sujeitos, ‘a sua vontade política sem confronta-la com as possibilidades e limites da realidade social’ (Iamamoto, p.22, 2008). Este ponto toca no que tange atribuir o significado de filantropia as atividades socioassistenciais. Como destaca a autora:

A constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. (*idem*, 2008, p.33)

Nesse sentido, os estudos sobre cotidiano expõem-se como um caminho para construir um fazer um profissional crítico e coerente com o período em que se vivencia. A vida cotidiana é questão fundamental para a práxis realizada pelos(as) Assistentes Sociais, já que é

sobre ela que se realiza a prática e há transformações e perpetuação das condições de vida mais amplas.

O cotidiano é o palco onde as relações sociais de reprodução e dominação se concretizam e se afirmam; assim, é necessário refletir e compreender a totalidade da vida cotidiana. No texto de Brant e Netto, os autores destacam a importância dos estudos sobre o cotidiano: “É preciso pensarmos de forma mais clara e menos leviana a direção social de nossa prática” (*idem*, p.56, 2007), a fim de modificarmos esse conceito pragmático que a profissão ganhou e desenvolveu nos últimos anos.

Em meio às relações cotidianas o(a) Assistente Social encontra seu espaço como um dos mediadores “entre o particular e o global, entre o singular e o coletivo” (Carvalho e Netto, p.51, 2007). Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas em geral, e particularmente, junto a população pauperizada, excluída da riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada, além de fazer os interesses desta classe junto ao Estado.

Segundo Iamamoto (2008) o Serviço Social na contemporaneidade, exige um profissional qualificado que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano têm ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” (p.49) e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos da sua história.

O desempenho das funções profissionais do Assistente Social é norteado pelo seu projeto ético-político e um código de ética⁵ que completou 18 anos. O momento presente desafia os assistentes sociais a pautarem-se cada vez mais em documentos⁶ que acompanhem as particularidades da questão social em níveis nacional, regional e municipal, acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos.

⁵ Lei 8.662/93 Código de ética do/a Assistente Social, disponível no site do Conselho Federal, o qual está em sua 10ª edição revisada e atualizada.

⁶ Como as diretrizes curriculares, legislações sociais, etc. Todos dispostos no site do Cfess: www.cfess.org.br.

1.3 SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: UM DEBATE NECESSÁRIO

A dinâmica do capital vem ao longo dos anos modificando e destruindo a natureza, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento.

Essa tendência destrutiva do capital reside em sua natureza mesma, como “contradição viva: ao subordinar a produção aos imperativos da acumulação, o capital não pode sustentar-se indefinidamente, sem que os avanços tecnológicos e científicos por este obtidos resultem em crescente perdularidade e destruição (SILVA, 2010, p. 47-48).

Diante desse contexto, grandes potências mundiais vêm se reunindo e fazendo acordos a fim de diminuir, ou quem sabe sanar problemas referentes ao meio ambiente e a vida na terra. São iniciativas que os países que mais contribuem para a degradação ambiental tomam a fim de evitar maiores danos à população.

Os níveis de degradação de sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a apresentar uma ameaça à sustentabilidade do planeta, principalmente porque a produção não era orientada por produzir excedente e obter lucro. Nas formas sociais assentadas na propriedade da terra e na agricultura, o excedente produzido destinava-se às trocas com o fim de assegurar o trabalhador e a sua família. Dessa forma pode-se inferir que o fim último neste modelo era a produção.

A economia mercantil, diferentemente, centralizava o capital em seus meios de produção. Instituiu a propriedade nas mãos da burguesia, a propriedade agrária, submetida aos desígnios do capital, se converte em mercadoria; “é a natureza servindo aos propósitos da acumulação” (Silva, p. 51, 2008). A relação entre proprietário e trabalhador resume-se à exploração manifesta na compra e na venda da força de trabalho.

O uso indiscriminado de recursos do subsolo, a propriedade privada permitindo a apropriação das rendas e a gratuidade de demais recursos naturais, é apontado por estudiosos e especialistas como causas fundamentais da “questão ambiental”⁷. O domínio da tecnologia é

⁷ Refere-se a um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energias e seus desdobramentos ideopolíticos. (SILVA, p. 67)

outro fator que colabora para extração intensiva e impensada destes recursos (finitos) provocando sua extinção e/ou deteriorização.

A preocupação com o meio ambiente se dá pela necessidade que temos de avaliar a relação que vem se desenvolvendo entre a sociedade e a natureza, expandindo a questão ambiental para além da ideia de preservação. Neste mundo onde a divisão de classes pelo modo capitalista de produção, essa divisão não determina a parte que irá deter os modos de produção, mas também aquela que irá sofrer as maiores consequências ocasionadas pelo impacto de degradação ambiental.

São os pobres que além de serem explorados por sua força de trabalho não participam igualmente da distribuição da riqueza por eles produzida. Seu acesso aos recursos naturais são restritos, e é ainda a parcela que sente com maior intensidade as consequências da degradação ambiental.

Foi com a Industrial que teve início a preocupação com o meio ambiente. Iniciada no século XVIII na Inglaterra, teve sua primeira fase marcada pela Revolução Comercial, período em que aumentou-se as relações comerciais com países estrangeiros, a burguesia passou a deter o capital e com isso pode financiar o trabalho de inventores na criação de máquinas e experiências industriais. O desenvolvimento comercial trouxe a necessidade cada vez maior da utilização das máquinas para aumentar a produção e os lucros dos empresários.

A Inglaterra era o local ideal para desenvolver tal revolução. O país detinha além de grandes fontes de carvão mineral (principal fonte de energia propulsora da máquina à vapor) dentre outras fontes de matéria prima utilizadas na época. O cenário ainda dispunha de grande quantidade de trabalhadores desempregados e mercado consumidor.

Na segunda fase da revolução, a propagação dos princípios da industrialização se espalharam por outros países e conseqüentemente o aumento da concorrência da indústria de bens de produção. Nesse período passaram a utilizar novas fontes de energia (elétrica e derivados do petróleo) e aparecimento de novos produtos químicos.

Não se pode dizer que a revolução industrial trouxe somente pontos negativos. Entre os positivos pode-se destacar a produção mais eficiente e mais rápida e a preços mais baixos, permitindo um crescimento no consumo e acesso a estes por classes mais baixas da população. Entre outros tantos fatores negativos, destacam-se o desemprego ocasionado pela substituição do homem pela máquina, o êxodo rural e crescimento desordenado das cidades, e a poluição ambiental. Efeitos que podem ser sentidos até hoje.

A partir de então o homem descobriu as facilidades no crescimento e lucro obtidas a partir do uso do carbono, armazenado durante milhões de anos em forma de carvão mineral, e, para obtenção deste, passou a destruir e desmatar e queimar florestas a fim de obtê-lo. Como resultado, temos hoje a grande emissão de dióxido de carbono, gás que em excesso compromete a camada que envolve a terra e a protege dos raios solares e conseqüentemente a diversidade de vida existente hoje no planeta.

A emissão deste e de outros gases potencializa o chamado efeito estufa⁸, um evento natural que favorece a proliferação de vida no planeta, que só é afetado com o excesso na emissão de gases que vem sendo feita. O resultado desse excesso é o aquecimento global que gera mudanças ambientais, as quais podem ser sentidas principalmente por grandes produtores agrícolas, uma vez que a perda de grandes safras causam prejuízos econômicos ocasionadas pela falta de chuva ou desastres climáticos.

As perdas causadas pela emissão do gás carbônico e outros prejuízos ambientais são inúmeras. Dentre alguns prejuízos causados principalmente pela atividade humana a fim de reter as riquezas naturais de forma rápida e barata, podemos citar o acúmulo de detritos domésticos e industriais não biodegradáveis na atmosfera, no solo, no subsolo, nas águas continentais e marítimas, o desmatamento e superexploração da terra, o despejo de lixo radioativo em locais inapropriados, dentre outros problemas.

No combate a estas destruições existem hoje cerca de 62 ONG's⁹ só no Brasil que debatem e agem sobre temas referentes ao meio ambiente, dentre outras internacionais. As ONGs são no termo exato Organizações Não Governamentais, que não possuem ajuda obrigatória de custo do governo, mas que em alguns casos são apoiadas por estes, sendo sua fonte principalmente de empresas privadas. Visam desenvolver ações e projetos em prol do equilíbrio entre a sociedade e o meio ambiente protegendo, cada uma em sua área, os biomas existentes.

No que tange o serviço social, os trabalhos voltados para o meio ambiente ainda são escassos. O envolvimento dos assistentes sociais nas questões ambientais está relacionado ao comprometimento com os princípios colocados no código de ética profissional de 1993 e que se vincula a um projeto societário.

Em pesquisa¹⁰ realizada pelo o grupo de Iniciação Científica no projeto “meio Ambiente e Serviço Social” no âmbito do núcleo de pesquisa e extensão

⁸ Disponível em: www.guiademidia.com.br/ongs/meio-ambiente.htm acessado em: 24/04/2012

⁹ Fonte: WWW.amazonialegal.com.br/links/ongs.htm acessado em:23/04/2012

¹⁰ O trabalho completo pode ser encontrado na monografia da bolsista do grupo Raquel dos Santos.

LOCUSS/UFRJ/ESS, para identificar a intensidade da produção do serviço social em meio ambiente, seja em revistas, livros, dissertações, teses, anais de congressos e cadernos de Jornadas de Iniciação Científica datados entre 1961 e 2006, percebeu-se que a relação entre estes dois temas ainda são muito tímidos.

A partir da pesquisa concluíram que:

as questões referentes ao meio ambiente estão sendo absorvidas aos poucos pela categoria, sendo este fato facilmente identificado se compararmos a quantidade de artigos que abordam outras temáticas como, por exemplo, as que envolvem crianças e adolescentes, e as que estão vinculadas às questões ambientais (SANTOS, 2007, p.56).

Dentre os dados mais relevantes podemos citar o aumento pelo interesse sobre esta questão junto à categoria a partir dos anos 2000 em virtude do aumento de publicações a partir desta época. Percebeu-se também que os profissionais que desenvolveram pesquisa na área nunca tiveram contato com o objeto de estudo, restringindo seu trabalho ao campo acadêmico deixando de “fazer parte do movimento de luta em favor da equidade e justiça social” (SANTOS, 2007, p. 57).

Concluíram ainda uma escassez de publicações com estudos mais aprofundados pela temática do meio ambiente. Percebeu-se nos trabalhos analisados que a bibliografia utilizada era de outras categorias profissionais a fim de ter base para seus estudos. E a partir disso convidar a categoria a ampliar os seus estudos sobre a temática elucidando que “tratar de estudos sobre o meio ambiente é tratar de questões presentes na nossa realidade” (SANTOS, p. 58, 2007).

Nesse sentido devemos repensar o fazer profissional voltado para uma área que vem ganhando proporções gigantescas ao longo dos anos. A intervenção do Serviço Social no meio ambiente implica em pensar na qualidade de vida de à população e principalmente aos que mais sofrem com os desastres ambientais: a classe marginalizada. Devemos deixar de atuar apenas na frente teórica e passar a agir antes que os danos tornem-se irreparáveis. “O profissional de Serviço social deve se situar como agente de sensibilização da população, contribuindo para o processo de aprendizagem social”. (PÉREZ *apud* PEREIRA, XAVIER e MILANEZ, *apud* PÉREZ, 2005, p. 4).

2 O QUILOMBO E A LUTA PELA TERRA



“Descendente pelo que eu lembre não, apesar de a gente tudo que a gente é preto é tudo praticamente descendente”. Violeta

2.1 FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL

No período do Brasil Colônia no fim do século XVIII, os portugueses que chegaram a estas terras, hoje denominada Brasil, com o intuito de colonizá-la e explorar produtos para comercialização com as Índias, perceberam que esta já era habitada por povos que viviam do que produziam, os índios: “os primeiros donos da terra”. (GOULART *apud* SILVA e SIMIONATO, 2008, p. 08,).

Perderam sua terra, a liberdade e a vida, numa luta onde só um iria prevalecer. Os índios foram obrigados a entregar suas terras após intensas batalhas perdidas, onde muitos nativos foram mortos, e os que não foram capturados e escravizados buscaram alternativas de sobrevivência, que não fosse o sistema imposto pelos colonizadores portugueses.

Para solucionar o problema da falta de escravos, homens e mulheres foram capturados trazidos da África nos porões dos navios em condições subumanas. Àqueles que sobreviviam a travessia do Atlântico nos porões dos Navios eram comprados e obrigados a trabalhar nas lavouras dos “Senhores da terra”.

Diante das péssimas condições em que os negros foram inseridos, o grupo via-se obrigado a desenvolver estratégias de refúgio e negação àquele sistema. Desde sua ‘apreensão’ na África até seu estabelecimento nas grandes fazendas os negros eram tratados como seres inferiores, sem condições mínimas de sobrevivência. A fuga das fazendas era a única solução encontrada para lutar por melhores condições de vida, era um sinal concreto de que a liberdade era possível para o escravo fugitivo.

O quilombo era inerente à escravidão. Só havia fugitivos e quilombolas porque existiam homens escravizados sob exploração e violência. A ação quilombola era explicada na negação ao regime escravista. Em outras palavras, ao fugir e se aquilombar, ainda que “sem conscientização”, os escravizados acabavam por “dinamizar a estratificação social” sob o cativo, já que sua força de trabalho deixava de ser simples mercadoria. Portanto, a fuga e o aquilombamento tornaram-se fundamentais em determinado momento político da história do Brasil” (GOMES *apud* SILVA e SIMIONATO, 2006, p.14,).

Os quilombos¹¹ ou mocambos são vistos como uma expressão da luta organizada no Brasil, resistindo ao sistema colonial recusando-se a submissão, a exploração, à violência deste sistema e do escravismo.

Existiam nos quilombos diferentes grupos étnicos, todos advindos da África, os quais traziam consigo as mais diferentes áreas do conhecimento, o que favorecia nos momentos de resistência. Viviam nas florestas, nas matas, nas montanhas e ao mesmo tempo, em contato com a sociedade envolvente que os rodeava, as vigiava, controlava e perseguia. De acordo com Siqueira: “A dimensão dos quilombos variava de acordo com a proporção de habitantes, tamanho das terras ocupadas, e estrutura da produção agrícola organizada nos lugares onde se eram estruturados”. (SIQUEIRA, s/d, p.3.)

Sua organização social livre é formada por homens e mulheres em “laços de solidariedade e uso coletivo da terra formaram bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceito e de desrespeito a humanidade”. (SILVA, 2009, p.1.)

O processo de colonização e escravidão no Brasil durou mais de 300 anos. O Brasil, país que recebeu mais negros em condição de escravos, também foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Em 13 de maio de 1888, a lei áurea¹² assinada pela princesa Isabel, apenas libertava os escravos do fardo da escravidão, mas não os dava suporte a enfrentar uma sociedade que não os acolhia, sendo abandonados a sua própria sorte.

Uma das maneiras encontrada pelos libertos para reivindicar seus direitos foi à participação dos em movimentos populares, fatos que pouco foram divulgados. Engajados coletivamente em movimentos populares lutavam pela liberdade e melhoras nas condições de vida em revoltas acontecidas em todo o país como a Revolta dos Alfaiates na Bahia (de 1978 a 1979), a Cabanagem no Pará (de 1835 a 1840) e a Balaiada no Maranhão (de 1838 a 1841).

¹¹ A definição normativa do conceito de quilombo é veiculada ao decreto nº 4.887 de 2003 que seja “consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo os critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

¹² Lei nº 3.353 - Declara extinta a escravidão no Brasil.

A PRINCESA IMPERIAL Regente em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembléia Geral Decretou e Ela sancionou a Lei seguinte: Art.1º- É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil. Art.2º- Revogam-se as disposições em contrário. Manda, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros Bacharel Rodrigo Augusto da Silva do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr. Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888 - 67º da Independência e do Império. Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que Houve por bem sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara. Para Vossa Alteza Imperial ver. Disponível em: <http://www.unificado.com.br/calendario/11/lei_aurea.htm>

No Brasil existem hoje cerca de três mil comunidades ditas quilombolas espalhadas pelos 23 estados brasileiros mais o distrito federal, dentre as quais 1342 foram certificadas pela Fundação Cultural de Palmares - FCP. O nordeste é a região que possui a maior quantidade de quilombos. Foi esta região que sediou o quilombo mais¹³ emblemático formado no período colonial, o quilombo de palmares, localizado no estado de Alagoas na Serra da Barriga, chegando a abrigar 20.000 pessoas, no período de 1595 a 1695.

Na Bahia, de acordo com a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, em levantamento feito no ano de 2005, existem 396 comunidades quilombolas registradas. Porém, segundo levantamentos recentes feitos por militantes e pesquisadores de organizações não governamentais indica a existência de 300 a 900 comunidades quilombolas no estado.

Até outubro de 2006, quatro comunidades contavam com suas terras tituladas (ou ao menos parcialmente tituladas) pelo governo federal ou estadual: Barra, Bananal e Riacho das Pedras; Parateca e Pau D'Arco; Rio das Rãs; Mangal e Barro Vermelho. A história de grande parte dos quilombos na Bahia é marcada por disputas e conflitos com os grandes proprietários e grileiros. (http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_ba.html)

O primeiro passo para ser reconhecida¹⁴ como comunidade quilombola e, portanto, terem garantidos seus direitos sociais, culturais e territoriais, é, de acordo com o Governo Federal, a garantia da terra, pois “a terra é elemento fundamental e que singulariza o modo de viver e de produzir das comunidades quilombolas” (Programa Brasil Quilombola p.6). Na constituição federal a lei que regulamenta a garantia da terra para comunidades quilombolas está disposta no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que afirma: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

¹³ Programa Brasil Quilombola: Comunidades Quilombolas Brasileiras – Regularização fundiária e políticas Públicas.

¹⁴ Os detalhes sobre o processo de titulação podem ser encontrados em: http://www.cpis.org.br/terras/html/comosetitula_caminho.aspx

Ainda de acordo com a Constituição, em fevereiro de 2007 entrou em vigor o decreto nº 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹⁵. Como está disposto em seu artigo 2º:

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Dessa forma, o governo teve a chance de repensar uma questão que já vinha sendo debatida por teóricos e quilombolas no que diz respeito à garantia dos seus direitos, que até então estava dispostas no que diz respeito a garantia de terras e mesmo assim quando estas eram pertencentes do governo.

Desde o período da abolição, aos ex-escravos e seus descendentes são negados direitos básicos de cidadania. Essa constatação está associada ao fato sobre como a população negra foi inserida neste país, pois, se comparados aos imigrantes europeus os tratos com os brancos era superior aos negros. A imigração europeia está associada a necessidades de natureza puramente econômica, mas atendia a interesses de um “projeto de nação que tentava combinar o progresso econômico com o branqueamento da sociedade brasileira” (CEAS, p. 46, 1995). Pois, os europeus que vinham para o Brasil eram oriundos de zonas economicamente decadentes, e traziam como única bagagem técnica, a experiência do trabalho rural, ou seja, a mesma do ex-trabalhador escravo.

Destaca-se que um dos fatores mais perversos para nossa cidadania foi à escravidão que retirou da maioria dos homens que habitavam o solo brasileiro, durante os quatro primeiros séculos do país, sua condição de ser humanos, o que por sua vez não lhe permitia o direito de ser cidadão. Sendo assim, cidadania se caracteriza enquanto um privilégio de poucos, das elites. (ÁVILA, NASCIMENTO, 2011, p.5.)

Também as políticas públicas destinadas às comunidades de quilombos atendem uma agenda destinada a populações diferenciadas. Não são políticas criadas especificamente a

¹⁵ Disponível em: <<http://www.dji.com.br/decretos/2007-006040/2007-006040.htm#Art. 3º>>

estes grupos: recebem uma parcela de participação em programas de transferência de renda, o qual propõe amenizar a miséria e o sofrimento dos mais pobres, como o programa bolsa família.

Paulo Sérgio Silva vem nos mostrar em sua dissertação de mestrado que a inserção de políticas públicas é feita quando se estabelece consenso de a partir das regras estabelecidas entre mediadores e mediados, interesses heterogêneos da comunidade passam a ser interesses centrais possibilitando o fortalecimento da comunidade quilombola e formas associativas de organização. Relata que o diálogo entre as partes é sempre na visão do mediador externo, que apresenta dificuldades para atualização de uma ética discursiva, onde não se torna essencial o discurso nativo e a indispensável participação destes atores nas etapas de programas de etnodesenvolvimento.

A ideologia do etnodesenvolvimento tem sugerido como condição de possibilidade, a situação etnicamente ideal onde os representantes quilombolas sejam admitidos como legítimos interlocutores diante das agências do Estado e que esses representantes possam participar do processo de instituir por consenso negociado, as regras de interlocução prévias ao confronto de perspectivas com os mediadores externos. (SILVA, 2007, p. 26).

Além da dificuldade em se ter discursos simétricos, para a criação de políticas públicas são identificadas dificuldades como a credibilidade dada aos atores externos, visto que foram um grupo excluído no processo histórico e por esse motivo mantém-se o ceticismo de que o que “vem de fora” deve continuar sendo “de fora”. Outro motivo é o pouco entendimento dos atores internos sobre temas organizativos, inibindo-os ao reduzi-los a posição de leigos.

A visibilidade da questão quilombola se dá enquanto emergência de uma multiplicidade de novos dispositivos e novas modalidades de testes da capacidade de mediação dos agentes vinculados à questão agrária e à problemática racial. O que se conquistou foi ser foco de programas específicos no interior das políticas, por meio do programa transversal a vários ministérios, o Programa Brasil Quilombola – PBQ.

As metas e recursos do PBQ envolvem 23 ministérios e órgãos e tem como principais objetivos a garantia do acesso à terra; ações de educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como Bolsa Família; e medidas de

preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas. Entre as principais realizações do programa estão: regularização fundiária, certificação como remanescentes, luz para todos, bolsa família, desenvolvimento local e desenvolvimento agrário.

2.2A LUTA PELA TERRA

Á luz do debate constitucional e das ações institucionais sobre a questão quilombola, percebe-se a necessidade de um novo ciclo de debates acerca do rearranjo dos territórios quilombolas. A questão fundiária envolvendo a posse de área de terras ocupadas é uma das mais importantes reivindicações das comunidades de remanescentes de quilombos. A constituição de 1988 via artigo 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garante aos quilombolas o direito a posse definitiva das suas terras e o Decreto Lei 4887/03, da ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a competência para a realização de todo o processo de regularização fundiária das áreas dos quilombos no país.

Para além do mencionado artigo, algumas constituições federais possuem artigos que tratam do dever do Estado em emitir os títulos territoriais quilombolas, como é o caso da Bahia: “o Estado executará, no prazo de um ano após a promulgação desta constituição, a identificação, discriminação e titulação de suas terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Os debates sobre o tema giram em torno da análise do texto constitucional, do tratamento que o Estado dá ao reconhecimento jurídico das diferenças étnicas. A Constituição de 1988, de fato, confirma a existência no Brasil de um Estado pluriétnico reconhecendo e garantindo as diferenças étnicas.

Porém, no que tange especificamente aos “remanescentes das comunidades de quilombos” Miriam de Fátima Chagas levanta o questionamento se este grupo de remanescentes “teriam conquistado um reconhecimento propriamente étnico, no sentido de assegurar, em consonância com o artigo 68¹⁶ da Constituição Federal do Ato das Disposições

¹⁶ Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Constitucionais Transitórias, um espaço político da diferença?”. A autora levanta essa questão concordando com Frasnão que “as discussões que estiveram na gênese das propostas do artigo 68, propõe uma leitura conjunta deste dispositivo com os art. 215 e 216 do corpo permanente da Constituição Brasileira”:

Art 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência de identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações, e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A partir dessa leitura questiona-se “em que sentido o art. 68 estaria rompendo com uma visão integracionista e assimilacionista que balizou as Constituições anteriores” (*idem*, p. 213, 2001). A dificuldade de interpretação da redação do artigo em questão revela não somente a necessidade de um diálogo entre saberes jurídico e antropológico, mas de todos os saberes envolvidos.

Além da interpretação, muitas questões relacionadas a aplicação do art. 68, surgem de tal modo que o saber jurídico passa a requerer o saber antropológico. César Augusto Baldi (2004) traz algumas considerações a fim de ilustrar o “pano de fundo” envolvido em alguns processos.

A noção de territorialidade, como um espaço de reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, percebendo este também diferente de outras comunidades negras. O reconhecimento à diversidade étnico-cultural e socioambiental brasileira, perpassa sob os mesmo aspectos, devendo ser repensado ainda a revisão sobre a ideia de preservação ambiental, a qual não se dá somente quando inexistente a presença humana. Repensar o conceito

de “comunidade tradicional” de acordo com o conceito existente na Convenção 169-OIT¹⁷ (Organização Internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário, rompendo com o pensamento eurocêntrico que parte do pressuposto de que o conhecimento tradicional e a fitoterapia relacionada devem manter-se ignoradas e com o etnocentrismo, que entende as culturas como atemporais.

E ainda a discussão da imensa concentração fundiária do país, o reconhecimento do patrimônio cultural como manifestação dos modos de “criar, fazer e viver” (art.216, II, CF), rompendo com a visão “monumentalista” ou “arqueológica”. Repensar também os institutos do direito para além da regularização fundiária. Necessidade de uma proteção específica de tais espaços, como titulação coletiva, para que não haja divisão e com cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade, a salvo, pois, da especulação imobiliária. (Baldi, 2004)

Em termos de ganhos nessa luta, existem os laudos antropológicos, os quais buscam promover a identificação e reconhecimento dos “remanescentes das comunidades de quilombos” rompendo com uma visão cristalizada dos quilombos, destacando a particularidade de cada um deles nos processos de reconhecimento como comunidade quilombola abertos. Problematizam a situação na medida em que conseguem tornar visível as comunidades no seu aspecto presencial, na sua diversidade, “em um quadro maior de continuidade sociocultural e histórica através da análise dos efeitos e impactos derivados desse processo de reconhecimento”. (CHAGAS, 2001, p.229,)

Nesse sentido, a adoção de uma prática antropológica no trato desses casos, permite que a exigibilidade da aplicação desses direitos, assegurados constitucionalmente, se faça a partir de um diálogo com as práticas culturais de cada grupo envolvido.

2.3 SANTIAGO DO IGUAPE

¹⁷ Disponível em: http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=convencao-169-da-oit-no-brasil/a-convencao-169-da-oit



Figura 1: localização de Cachoeira e Santiago do Iguape

A colonização da região localizada no recôncavo sul deu-se apenas duas décadas depois do descobrimento do Brasil, em 1520. Em 1531, na expedição liderada por de Martins de Souza, da qual fez parte o fidalgo português Paulo Dias Adorno com o intuito de colonizar e iniciar o plantio de cana-de-açúcar. Decidiu, por isto, instalar-se na margem esquerda do rio Paraguaçu, região que hoje é chamada de Cachoeira, por ser local onde poderia circular suas embarcações e alimentar seu negócio ligando o recôncavo ao Sertão. Na região propícia para o cultivo da cana, o tabaco foi também produto que colaborou para impulsionar o crescimento econômico da cidade.

Em 1693, Cachoeira se chamava Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, sendo o segundo município instalado no Recôncavo Baiano. Era uma das cidades mais ricas e populosas do Brasil, sede do governo federal por um dia e do governo da Bahia duas vezes: uma no início das lutas pela Independência (1822) e outra durante a revolta sabinada (1837). Neste mesmo ano (1837), foi denominada como cidade Heróica, em homenagem a coragem de cachoeiranos como Quitéria (mulher que se fingiu de homem para lutar nas guerras) e Ana Nery (a enfermeira do Brasil, título que recebeu durante a Guerra do Paraguai)¹⁸.

Em reconhecimento a contribuição que esta cidade trouxe ao país, é considerada a segunda capital do Estado, de acordo com a lei estadual 10.695/07 e, todos os anos no dia 25 de junho o governo estadual é transferido para a cidade. Em 1971 recebeu como título a Cidade Monumento Nacional.

¹⁸ Informações retiradas de sites de busca sobre a história de Cachoeira.

A área total do município de cachoeira é de 398.472 Km² e a população é de 32.035 habitantes de acordo com o censo do IBGE de 2010. Fazem parte deste município os Povoados da Pinguela, Povoado do Saco, Povoado do Alecrim, Povoado do Calolé, Povoado da Formiga, Povoado do Ponto Certo, Distrito de Capoeiruçu e Santiago do Iguape.

Santiago do Iguape está localizado a 39 Km da cidade sede, esta pequena região faz fronteira com outras pequenas regiões que compõem a Bacia do Vale do Iguape: Kaonge, Dendê, Kalemba, Engenho da ponte, Engenho da Praia, Tombo, Kalole, Imbira, Engenho da Vitória, Kaibongo, Guaiba, Engenho da Cruz e Engenho Novo.

Essas comunidades são assistidas pelo CRAS¹⁹ – Centro de Referência em Assistência Social de Cachoeira e o Quilombola, localizado em Santiago do Iguape. O CRAS quilombola cumpre as diretrizes nacionais estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS-2004 acerca da oferta de serviços, programas e benefícios para as famílias referenciadas atendidas pelo PAIF²⁰ – Programa de Atenção integral a Família. No entanto, como salientam Ávila e Nascimento “um dos óbices existentes é a ausência de uma equipe referenciada no Estado para apoiar esse município” a qual ainda de acordo com as autoras deveria ser composta por profissionais com graduação concluída em ciências sociais ou antropologia visto que deve-se observar a “adequação metodológica aos serviços ofertados à comunidade atendida” (p.8, 2011).

Em todas estas comunidades identifica-se a participação popular nas ações feitas na região. Dentre elas destaca-se o CECVI – Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape com sede em Santiago do Iguape, foi fundada em 09 de setembro de 2002. Um instituição sem fins lucrativos com a finalidade de ter uma organização registrada juridicamente para aumentar o fortalecimento de suas ações nas comunidades Quilombolas da Bacia do vale do Iguape.

A CECVI atuou na mobilização para o reconhecimento das comunidades supracitadas e também para a criação do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, e no apoio e levantamento socioeconômico nas comunidades quilombola com a realização de

¹⁹ O CRAS é, segundo a PNAS-2004, o equipamento público municipal de base territorial localizado em áreas de vulnerabilidade social. Seu principal objetivo é promover a proteção social básica, ou seja, um conjunto de serviços e programas, projetos e benefícios que visam prevenir situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos familiares, como também organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais segundo estabelecido na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seus artigos 20 a 25.

²⁰ Em 2004 a sigla PAIF passou a significar Programa de Atenção Integral à Família nos termos da portaria MDS n78-2004. Mais recentemente a mesma sigla tem sido citada em referência a Serviços de Proteção e Atenção Integral à Família.

levantamento de diagnóstico para estruturação de propostas de desenvolvimento e ações que possam contribuir para a sustentabilidade de povos tradicionais.

O CECVI vem fomentando a consolidação de núcleos produtivos de cultivo de ostra e de núcleo de pesca e de marisco, como estruturas potenciais de geração de renda para as comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape. Além disso incentivou e apoiou a implantação da trilha *Griou* Caravana dos Orixás e recentemente sendo aprovado e Implantado o projeto Ponto de Cultura.

Além do CRAS, dos equipamentos urbanos de políticas públicas, Santiago do Iguape conta, ainda, com um uma unidade de saúde da família. A rede estadual, além do apoio a centros como o CECVI, oferece também o ensino até o nível fundamental completo, sendo de responsabilidade do município o transporte até Cachoeira, para o complemento do ensino em nível médio.

2.4 VIVER DO MARISCO

A atividade é desenvolvida essencialmente por mulheres, chamadas de marisqueiras por realizar a catação de mariscos, o que garante o sustento das mesmas em sintonia equilibrada com o meio ambiente onde vivem os moluscos²¹. Gutiérrez 1996, defende que:

[...] é impossível construir uma relação de equilíbrio entre o ser humano e a natureza sem uma educação, ou seja, uma sensibilização para a importância do meio ambiente que venha atender quatro condições básicas: i) economicamente factível; ii) ecologicamente apropriado; iii) socialmente justo; iv) culturalmente equitativo, respeitoso e sem discriminação nas relações de gênero. (*apud* SILVA, CONSERVA e CAVALCANTE, 2010, p. 10)

Por trabalho podemos inferir, de acordo com Marx (1988) (*apud* SILVA, CONSERVA e CAVALCANTE, 2010, p. 4) “como criador de valores de uso, o trabalho é uma condição de existência do homem, uma eterna necessidade natural de mediação do

²¹ Animal Invertebrado de corpo mole, classificado na zoologia (área das ciências biológicas que estuda os animais) como molusco bivalente por ser envolto por duas conchas calcárias responsável pela proteção da massa visceral que é altamente apreciada por muitos animais, inclusive humanos.

metabolismo entre homem e natureza, conseqüentemente, da vida humana”. Possui um significado histórico-ontológico. Nesse sentido o trabalho significa o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, é também o pressuposto estruturante da atividade humano-social. O princípio ontológico constitutivo do ser social.

Possui caráter de distinção primordial entre os homo sapiens e demais vertebrados. O intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza ocorre através da modificação da matéria na busca pela satisfação das necessidades vitais. As atribuições da espécie ao longo da história contribui para que a cooperação social torne-se uma forma de interatividade social, de sociabilidade plena, em que a consciência, a linguagem e a técnica alimentam uma nova forma de ser: o ser social. “O ser social surge como pressuposto da atividade do trabalho humano e também como produto da própria atividade do trabalho humano” (SILVA, CONSERVA e CAVALCANTE, p. 3, 2010).

O papel das mulheres neste cenário deixa de ser meramente coadjuvante, para protagonizar os dia a dia na comunidade. As tarefas das mulheres supera a dos homens em número e esforço, os homens quando pescam e vendem o peixe passam dias sem pescar, as mulheres além das atividades domésticas diárias, educar os filhos e ser vir aos companheiros, contribuem na renda com as atividades de catar, tratar e vender o marisco na feira.

Tradicionalmente, as profissões eram baseadas no sexo. Há uma divisão sexual entre os homens e mulheres que trabalham na pesca, a relação dos saberes e a divisão de tarefas é algo cultural passado pela história local e seguido há gerações. Segundo Batista e Batista (s/d) *apud* Aranha (2012, p.151,), existem “[...] profissões para homens e profissões para mulheres. O mundo do mar foi sempre entendido socialmente como um mundo de profissões masculinas”.

Pescar peixe, camarão, catar caranguejo, siri e colher a ostra são tarefas masculinas, enquanto que catar aratu, sururu e outros mariscos é uma atividade eminentemente feminina. Entende-se o trabalho masculino como uma atividade de risco, além de ser mais rentável, são os homens do mar. Enquanto que para as mulheres resta a atividade com a terra e o mangue, são menos perigosas e conseqüentemente mais desvalorizadas.

Essa construção histórica, com diferentes medidas, atravessa variados espaços em que o trabalho feminino se inscreve, impactando a ocupação dos postos de trabalho mais valorizados socialmente, preferencialmente destinado aos homens; nos rendimentos salariais, sempre mais baixos para as mulheres; na maior precarização das atividades desenvolvidas por elas etc.

Portando, não causa estranheza que essa marca se faça presente na pesca”.
(ARANHA, 2012, p. 151)

O aspecto econômico também influi na desvalorização, ainda persiste a divisão de ‘quem pesca mais tem mais poder’ e conseqüentemente ganha mais. Neste sentido, a pesca é uma atividade mais rentável que a mariscagem, a pesca teria um status social superior a mariscagem.

Além da pesca, as atividades masculinas estão ligadas ao trabalho com as redes, às mulheres cabe o trabalho doméstico, atividade que vem sendo mais valorizada ao longo dos anos, porém que não é devidamente valorizada. A participação feminina é um fato que vem aumentando principalmente nos centros urbanos, de acordo com Oliveira, Sabóia e Soares (2002), reflete também nas pequenas comunidades onde as mulheres possuem importância tradicional, fato percebido durante as entrevistas com as protagonistas deste projeto.

3 DESCOBRINDO AS MARÉS



“...a mariscada agora ta muito devagar, ta muito pouca, não tem condição da gente ficar mariscando só pensando naquele dinheiro do marisco pa pagar conta e comer alguma coisa, a gente tem que ter dinheiro p mais alguma coisa se não a gente não consegue.” Violeta

3.1 O CAMINHAR METODOLÓGICO

Este trabalho busca analisar a percepção das marisqueiras de Santiago do Iguape sobre o meio ambiente, levando em consideração os impactos causados pela ação humana na vida e renda financeira destas mulheres e suas famílias. E, para tanto, definiu-se como método a ser utilizada a entrevista focalizada, por contemplar o objetivo da mesma.

A entrevista é uma técnica de coleta de dados em que uma de duas principais características é a adaptabilidade. Pode de ser entendida como uma técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. Distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados.

Uma entrevista hábil pode acompanhar idéias, aprofundar respostas e investigar motivos e sentimentos – coisas que o questionário nunca pode fazer. A maneira como uma resposta é dada (tom de voz, a expressão facial, a hesitação, etc.) pode proporcionar informações que uma resposta escrita talvez dissimulasse. (BELL, p. 136, 2008)

O cuidado na escolha desta técnica seguiu também itens como o prazo, recursos, e avaliações de confiabilidade e validade. Em geral, o grupo que se concentra na Bacia do vale do Iguape, têm resistência em fornecer informações tanto sobre a região como sobre seu cotidiano e atividades do labor, pela experiência de já serem ludibriados por pessoas e instituições em situações anteriores, de acordo com relatos dos mesmos.

A formulação das perguntas também foi pensada para que não tivessem caráter indutor, presuntivo ou ofensivo, e ainda que seguissem uma ordem importante para estabelecer um relacionamento com as entrevistadas. O roteiro que propunha entender a percepção das mesmas sobre o meio ambiente, o local onde vivem e a atividade que desenvolvem, primeiramente propôs-se a descrever o perfil das entrevistadas, seguido de perguntas referentes a atividade de mariscagem, renda das famílias, um bloco referente ao conhecimento sobre remanescentes quilombolas, fechando com questões referentes ao meio ambiente.

Também respeitou-se a liberdade da fala da entrevistada, aproveitando o que cada uma tinha a oferecer.

A vantagem da entrevista focalizada é que uma estrutura é antecipadamente estabelecida e, desse modo, o registro e a análise ficam bastante simplificados. Isto é importante para qualquer pesquisa, mas particularmente para estudos com tempo limitado. (BELL, p.139, 2008)

A parceria com o projeto saber dos sabores quilombolas, permitiu maior aproximação com o trabalho das marisqueiras e o grupo do Conselho Quilombola, o que proporcionou intimidade e êxito na coleta de dados. Além disso, o projeto proporcionou ainda que se fizesse a observação participante no dia de trabalho das marisqueiras.

O projeto ‘Saber dos Sabores Quilombolas’ tem como proposta a implantação de uma incubadora a fim de fortalecer a organização produtiva voltada para a sustentabilidade ambiental nas comunidades do Vale do Iguape em parceria com o Conselho Quilombola e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Tendo como meta a realização de três núcleos produtivos: a osteicultura, mariscos e pesca artesanal, e a produção de sementes e mudas de espécies florestais da Mata Atlântica integrado com a apicultura, o objetivo geral deste projeto é:

[...] contribuir para o fortalecimento da organização produtiva nas áreas de maricultura, osteicultura, pesca artesanal e produção de sementes e mudas de espécies florestais da mata atlântica, contribuindo para a sustentabilidade ambiental das comunidades quilombolas da Bacia do Vale do Iguape, no município de Cachoeira BA, território do Recôncavo da Bahia. (PROJETO FINAL, p. 2)

O papel do Serviço Social neste estudo também foi de grande contribuição, para entender de que forma o trabalho destes profissionais estava interferindo e agregando informações para as mulheres marisqueiras e suas famílias. Além disso, o acesso a estas mulheres foi facilitado por intermédio do Serviço Social, o que colaborou na coleta dos dados.

Buscou-se estudar com mais atenção a percepção destas mulheres, as quais não possuem contato direto e permanente com o Conselho Quilombola e demais associações da região do Vale do Iguape. E por entender que o acesso destas famílias ao CRAS quilombola é de mais fácil acesso, tendo em vista a proximidade de suas casas, delimitou-se o grupo que mora as redondezas do CRAS como objeto de estudo.

A utilização de um roteiro de entrevistas²² proporcionou as entrevistadas que tivessem liberdade de narrativa. E para análise de discurso, foi adotada a proposta de Van Dijk de que se “identifique estruturas temáticas fundamentais de cada texto” (CARVALHO, 2010, p.144,). Tendo em vista que o roteiro já fazia esta breve delimitação, buscou-se então reduzir utilizando as macro-regras, ou seja, a suspensão de informações redundantes ou o “resumo de várias proposições numa única mais genérica” (*idem*, 2010, p.144,). Dessa forma foi identificado: o perfil das entrevistadas, o trabalho de marisqueira, sua relação com a comunidade e programas do governo, a percepção sobre a luta quilombola, e análise do meio ambiente.

3.2 SUJEITOS DE ESTUDO

Os sujeitos deste estudo foram oito (8) mulheres moradoras das redondezas do CRAS quilombola e representantes de associações locais. A intencionalidade em identificar estes dois grupos foi perceber a discrepância do conhecimento de cada grupo sobre o meio ambiente e as atividades desenvolvidas no Iguape, levando-se em consideração o trabalho desenvolvido no CRAS para estes fins.

A pesquisa foi estabelecida através da saturação de dados, o qual visa determinar o tamanho final da amostra de um estudo, e a partir daí não se faz necessária a continuação da captação de dados (SILVA *apud* FOUNTANELA; TOURATO e Ricas, 2001). Nesse sentido, o trabalho foi permitindo a saturação de dados, a qual foi se dando paulatinamente à análise preliminar na elaboração e reelaboração das categorias e subcategorias até o fechamento do delineamento final das categorias e suas dimensões.

O estudo apresenta características das pessoas entrevistadas, fazendo uso de nomes fictícios, inclusive no momento da entrevista, seguindo o requisito de sigilo de anonimato, conforme enunciado na resolução 196/96, assim como, suas demais componentes de não maleficência, beneficência. Segundo aprovação em que os sujeitos após conhecerem os objetivos e concordarem com o estudo, assinaram o Termo de Consentimento Informado, sendo dado início a coleta dos dados.

²² Disponível em anexo.

Os nomes fictícios foram apontados pelas marisqueiras quando lhes era solicitado antes da entrevista, utilizando o nome de uma planta que mais gostasse. Dessa forma, foram entrevistadas a Laranja, a Violeta, a Rosa, a Dois de Julho, a Apinete, a Camomila, a Margarida e a Coqueirinho.

As entrevistas realizadas individualmente na sala do serviço social do CRAS, seguiram o sigilo e a individualidade de cada ser, sendo gravada em Mp3, a *posteriori*, ou seja, imediatamente após seu término com o recuso da memória recente, buscava aliar a escuta sensível e a observação participante e seguir o processo de digitação das falas e sua categorização de modo a alcançar a saturação dos dados.

3.3 Atividade DE MARISCAGEM NO IGUAPE

O dia de trabalho das marisqueiras começa antes do raiar do sol e dura cerca de 12 horas de trabalho entre sair de casa, catar o marisco, fazer a triagem, fervura, debulho, ensacar e armazenar para a venda. O tempo gasto para chegar até o local de extração do marisco varia de 30 minutos a 01 hora equivalentes a 500 metros ou 2 quilômetros de distância a depender da localidade onde mora. O acesso ao rio ou mangue é feito a pé e depois de barco a remo, ou a motor, levando seus instrumentos de trabalho em carros de mão e depois na cabeça, que chegam a pesar até 50 quilos a depender do marisco a ser catado.

O Rio Paraguaçu e os mangues em seu entorno são revezados na coleta dos mariscos, para que não haja extermínio de nenhuma espécie catada. As mulheres passam todo o tempo de trabalho agachadas (de cócoras) ou com a parte superior do corpo abaixadas. O acesso ao mangue e especificamente ao local de extração exige algo esforço físico, pois a lama dificulta a caminhada quando prende as pernas das mulheres. Outro fator de dificuldade é a água que segundo elas tem canção²³: uma alga que irrita, provoca coceira nas pernas e atrai mosquitos.

Na volta, além das atividades domésticas, seu tempo ainda é ocupado com a fervura e extração das carnes da concha e o ensacamento destas por quilo e ensacamento para a

²³ De acordo com relatos das marisqueiras e pescadores da região do vale do Iguape, o surgimento dessa alga foi um impacto ambiental posterior a instalação da barragem pedra do cavalo.

venda. O balde do marisco pode render até dois quilos, custando entre 10 e 14 reais²⁴ o quilo²⁵.



Figura 2: a rotina das marisqueiras: uma jornada de 12 horas de trabalho. Figura extraída do cd room: saúde e segurança no trabalho das marisqueiras.

Os costumes culturais absorvidos de gerações anteriores são preservados em prol da sua própria sobrevivência na lida da pesca. As comunidades ribeirinhas constroem seus instrumentos de trabalho da própria natureza para que possam amenizar as dificuldades em busca do marisco no manguezal. As técnicas para catar os mariscos passam de mãe para filhos, ora quando são levados para a maré, ora quando são contadas.

A história oral, repassada pelos pais e pela própria comunidade, traz benefícios de um saber não científico que não é aprendido nos bancos escolares e sim nessa vivência tão enriquecedora, que sábios da natureza constroem; adquirindo no ecossistema o necessário para sua sobrevivência, desenvolvem aptidões para saber lidar no manguezal com os perigos – os

²⁴ Informação cedida pelas entrevistadas.

²⁵ Hoje em dia com a organização sindical a figura do atravessador tem se tornado escassa, porém, antigamente através deste era a única forma de venda do produto, desencadeando uma grande exploração do trabalho, já que os mariscos eram vendidos a valores muito abaixo do custo, cerca de metade do que se consegue hoje.

sinais retratados pela natureza e que o ser humano assimila, a partir de suas experiências.(DANTAS, 2009, p. 3)

Dessa forma, o saber, o cuidado e o valor dado ao trabalho e ao local onde ele é desenvolvido, são preservados por gerações.

3.4 AMPLITUDE DO OLHAR BUSCANDO ENXERGAR PARA COMPREENDER

As entrevistadas possuem uma média²⁶ de aproximadamente 40 anos e cinco filhos cada. Todas possuem companheiro, mas nenhum relacionamento é reconhecido em cartório. Moradoras de Santiago do Iguape e uma do Engenho da Ponte, estudaram em média até a terceira série do ensino fundamental, exceto pela Laranja que cursou até o terceiro ano do ensino médio, mesmo assim todas com idade entre 15 e 16 anos.

Mariscam desde a infância quando acompanhavam suas mães para que não ficassem sós em casa, e posteriormente para contribuir na renda, sendo sua mediana²⁷ entre 14 e 15 anos de atividade, cada. Todas dizem gostar do que fazem, exceto por Dona Violeta que afirma não ter outra opção de renda. Trabalham cerca de cinco dias da semana a depender da maré, que dura em média quatro horas pela manhã (cedeira) ou a tarde (tardeira). O balde do marisco chega a ter dois quilos e meio em dias fartos, porém atualmente esse número vem diminuindo gradativamente e hoje o marisco é vendido catado e por quilo. A média, em dinheiro, recebida pelas entrevistadas pelo quilo do marisco catado é de 10 reais, cabendo ressaltar que nem todos os dias consegue-se catar um quilo.

Os principais responsáveis pela manutenção familiar ainda são os companheiros, cabendo as mulheres contribuir com a renda do lar, sendo as residências próprias. Todas as mulheres recebem o auxílio do bolsa-família e perceberam melhora após recebimento do repasse. Em geral não participam de outro programa do governo e outra organização da comunidade, entendem o seguro defeso²⁸ como um programa do governo e não como uma

²⁶ A média é o cálculo feito somando os valores obtidos pelo número de entrevistadas.

²⁷ A mediana é o valor do dado central depois de escrever todos os dados por ordem crescente ou decrescente.

²⁸ Para garantir a reprodução de algumas espécies que normalmente são capturadas, foi instituído o defeso, que proíbe a pesca por alguns meses, os quais variam conforme o período reprodutivo das espécies, período em que

medida de intervenção, exceto pela laranja que participa do conselho quilombola, o grupo de apicultoras e o grupo de turismo ecológico Rota da Liberdade. Visitam os postos de saúde sempre que há necessidade ou campanha do governo.

A maioria já ouviu falar sobre a presença dos escravos na região, mas não sabe contar a história ou dizer se é descendente. Num geral se reconhecem como descendentes, por aceitarem a opinião de terceiros. Também por este motivo, apoiam a luta pelo reconhecimento como comunidade quilombola, mas não participam diretamente das ações para que tal reconhecimento seja feito.

Referente ao meio ambiente, a maioria não sabia responder a pergunta “o que a senhora entende por meio ambiente?” sentiam vergonha de errar ou não sabiam mesmo, exceto pela Laranja que por desenvolver atividades com a comunidade, devido sua participação nos grupos locais, descreveu a dificuldade de entendimento da comunidade em relação a esse aspecto. No que tange a degradação, as que souberam e quiseram responder, citaram a pesca com bomba, a criação da barragem, a criação da barragem, a poluição, a água vermelha a o canção, planta que fica na água e faz coçar a pele quando entra em contato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo identificaram-se algumas particularidades no que tange a percepção das marisqueiras de Santiago do Iguape, apontando para uma realidade preocupante e nada promissora para as mulheres que sobrevivem da mariscagem e para o meio ambiente onde elas trabalham.

As condições de vida e trabalho são extremamente precárias, com jornadas de trabalho excessivas; baixíssima renda pessoal e familiar; analfabetismo e índice de escolaridade muito baixos, aliados a falta de perspectiva de continuidade dos estudos, frente à necessidade de sobrevivência, que absorve o tempo dessas mulheres de forma exaustiva.

Além disso, tem-se o total desconhecimento sobre “ser quilombola” e a importância do seu reconhecimento como remanescentes de quilombo, tanto para a construção cultural como para reconhecimento jurídico e garantia dos direitos sociais, culturais e territoriais.

Outro fator que chama atenção é a falta de conhecimento sobre o que se entende por meio ambiente, pois é deste que tiram o seu sustento e de suas famílias. Não saber descrever o que é meio ambiente, implica em não identificar degradações que implicam diretamente na diminuição dos mariscos dos mangues e conseqüentemente no baixo rendimento financeiro que vem gerando.

Os poucos depoimentos obtidos que souberam identificar as agressões feitas ao meio ambiente, não tinham conhecimento para falar a origem dessa agressão, e em que interfere diretamente, a exemplo do depoimento de Dona Violeta:

E por degradação, o que a senhora entende? Ó degradação é o seguinte, é quando vai, quando a coisa vai piorando, vai sendo degradada, ta sendo destruída, entendeu? É a degradação do meio ambiente, o que a senhora entende por degradação do meio ambiente?
É complicado também essa pergunta né (risos)
Quer pular essa pergunta?
Ah pule. É muita pergunta que eu não sei responder não.
Ainda falando sobre o meio ambiente, a senhora acha que houve algum tipo de intervenção do homem que prejudicou o meio ambiente?
Veja bem, sempre tem né?! Mas a que eu conheça não mas que sempre tem alguém tem, tem algum que tem sempre prejudica mas num vou dizer assim quem que eu não sei.
Bom, se a senhora identifica que houve essa esse prejuízo, qual seria, como a senhora identifica essa intervenção na sua vida, foi positiva ou foi negativa?

Na minha vida por enquanto não prejudicou praticamente em nada é porque não prejudica em nada . Minhorar num vai melhorar, também num vai, vai ficar a mesma coisa.

O Serviço Social é uma profissão que vem conquistando seu espaço ao longo dos anos. Antes atrelada a Igreja, posteriormente trabalhando com casos individuais, com grupos até chegar as comunidades. Ganhou seu espaço mostrando a importância da intervenção de um profissional nos locais onde a classe desfavorecida não possuía voz. Hoje inserida no âmbito da assistência, saúde, educação, previdência, sócio jurídico e até mesmo no âmbito privado.

No que tange ao meio ambiente, os trabalhos existentes criam, mesmo incipiente, uma base teórica para repensar o fazer profissional dentro de uma área que vem a cada dia demonstrando necessidade de intervenção para que não haja extinção deste como uma fonte de vida e sustento. Como diz Lúcia Aranha, “urgem, portanto, ações efetivas do poder público para, pelo menos, reduzir os danos já causados. Urge também a criação/ampliação de mecanismos de controle da situação” (ARANHA, 2012, p.159).

Esta ação pode ser pensada, de imediato com o CRAS quilombola, o qual cumpre com as diretrizes estabelecidas pela PNAS-2004 acerca da oferta de serviços e programas e benefícios para as famílias referenciadas atendidas pelo PAIF.

Em consonância com Ávila e Nascimento, defende-se, a priori, a criação de uma equipe multidisciplinar, baseada nas necessidades apontadas pela região com o intuito de orientar e qualificar a população para luta e defesa dos seus direitos, composta por profissionais com curso superior em ciências sociais com habitação em antropologia ou experiência nessa área, cujos conhecimentos são imprescindíveis para atender as demandas das comunidades de remanescentes de quilombos.

A participação popular nas ações da comunidade é um fator positivo no que tange a disseminação de conhecimentos, nesse sentido o incentivo a educação de jovens e adultos, conhecimentos sobre quilombo, educação ambiental e demais assuntos pertinentes no cotidiano destas famílias.

Portanto acredita-se com este trabalho que a educação é o fator de maior relevância para que esta comunidade atinja seus objetivos. Para isso o papel do Serviço Social é de suma importância no sentido e incentivar estas mulheres e suas famílias, acompanhando seu progresso e êxito da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Lúcia. A Mariscagem no Contexto da Pesca artesanal: apontamentos sobre determinações do trabalho feminino. In: ARAÚJO, N. M^a. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M^a. G. **Educação Ambiental e Serviço Social o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente**. 1^a Ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. P. 127-163.
- ÁVILA, Heleni de & NASCIMENTO, Jucileide. **CRAS Quilombola: Desafio na Efetivação da Política de Assistência Social na Bacia do Iguape**. Publicado em: anais do VI Congresso Internacional de Trabajo Social de 23 a 27 de mayo de 2011, Ciudad de la Habana - Cuba
- ÁVILA, Heleni de & NASCIMENTO, Jucileide. **Saúde da População Remanescentes de Quilombo no Município de Cachoeira: uma questão de equidade**. Publicado em: anais do VI Congresso Internacional de Trabajo Social de 23 a 27 de mayo de 2011, Ciudad de la Habana - Cuba
- BALDI, César Augusto. **As Comunidades Quilombolas e seu Reconhecimento Jurídico**. In: Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/docs_artigos/artigo_cesar_augusto_baldi.pdf
- BELL, Judith. Projeto de pesquisa. **Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4^a Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. Tradução, Magda França Lopes.
- BRASIL. Ministério do Trabalho Emprego e Renda. **Saúde e Segurança no trabalho das Pescadoras Marisqueiras**. Cartilha das Pescadoras Marisqueiras de Pernambuco e Paraíba. Canadá: Ministério da Pesca e Aquicultura e World Fisheries Trust. 2011. CD-ROOM.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola Comunidades quilombolas Brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas**. 2007.
- CEAS, Cadernos do. M.1. Salvador Centro de Estudos e Ação Social. 1995
- CARVALHO, Anabela. **Opções Metodológicas em Análise de Discurso: instrumentos, pressupostos e implicações**. Ver Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol 14 (1-2), 2000, p.143-156.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. & NETTO, José Paulo. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- DANTAS, Vanda Maria Campos Salmeron. **Nas marés da vida: histórias e saberes das mulheres marisqueiras**. Dos anais de Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades e Deslocamentos. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277473147_ARQUIVO_FAZENDogenerook.pdf> acesso em agosto 2012.

DRUCK, Graça; FIGUEIRAS Luiz. **Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula**. Ver. Katálysis. Florianópolis. V. 10, n 1. P. 24-34, jan./jun. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a04.pdf>> acesso em novembro 2012.

CHAGAS, Maria de Fátima. **A Política do reconhecimento dos “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”**. Horizontes Antropológicos, porto Alegre, ano7, n. 15, p. 209-235, junho 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832001000100009&script=sci_arttext> acesso em novembro 2012.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

NASCIMENTO. Jucileide. et. al. **Saber dos Sabores Quilombolas**. Projeto inscrito no Edital de Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Ambientais. 2010

OLIVEIRA, Sônia. SABÓIA, Ana Lúcia e SOARES, Bárbara Cobo. **Gênero e Participação Social** – dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios. Dos anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de estudos Populacionais. Outro Preto, Minas Gerais, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Oliveira_texto.pdf acesso em outubro 2012.

PEREIRA, B. L. Et AL. In: Jornada Internacional de políticas públicas, III, São Luís. **O Processo de Inserção do Serviço Social na Temática do Meio Ambiente**. Universidade Federal do Espírito Santo. 2007. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/d5d32f7f45ab8138fe62Barabara_Marcelly_Gabriella.pdf> acesso em julho 2012.

SANTOS, Raquel. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 2007. 78f. Dissertação (graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2007. Disponível em:

SILVA, Emanuel Luiz Pereira. et. al. **Da casa ao mange: o sentido do trabalho na vida das pescadoras artesanais do estuário do rio Paraíba, Brasil**. Dos anais do VII Seminário do trabalho RET, 2010.

SILVA, Louvani de Fátima Sebastião da; SIMIONATO, Ivete. **Quilombolas no Conceito de Luta pela Terra**. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>> Acesso em julho 2012.

SILVA, Joseane Maia Santos. **Comunidades quilombolas, suas lutas sonhos e utopias**. Revista Palmares - Cultura Afro Brasileira. A FCP chega aos 21 anos – Tempo de Cidadania e Diversidade. Ano V, n 5, ago. 2009.

SILVA, Maria das Graças. **QUESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL um desafio ético-político ao Serviço Social**. 1 Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Políticas Públicas e Mediação Social na Comunidade Remanescente de Quilombos de Casca**. 2007. 105 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2007.

SILVA, Renata Luisa de Carvalho. **Pessoas motivadas, saúde preservada: o incentivo ao autocuidado a partir de um Programa Educativo e de atividade física regular para pessoas portadoras de hipertensão arterial**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Jequié, 69p.

SIMIONATO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. In: Gramsci e o Brasil. Publicado em 1997. Disponível em: < <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>>. Acesso em maio de 2012.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Publicado em: Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf> acesso em julho 2012.

YAZBECK, Maria Carmelita. **O Significado Sócio-histórico da Profissão**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. CFESS /ABEPSS 2009. Disponível em: < http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1_-_O_significado_socio-historico_da_profissao.pdf> acesso em julho 2012

História de Cachoeira: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=177>
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_(Bahia)) acesso em julho 2012.

Quilombos: <<http://www.cpis.org.br/>> acesso em julho 2012.

ANEXOS

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes Humanidades e Letras
Projeto *Tantas Marés: (sobre) viver do marisco*

Termo de Consentimento Informado

Eu, Laís Cristiane Teixeira de Carvalho, estou pesquisando sobre a percepção das marisqueiras de Santiago do Iguape sobre o meio ambiente, entre os meses de março a julho de 2012, como objeto de estudo para elaboração de trabalho de conclusão de curso de serviço social junto a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, levando em conta a análise do contexto, dos atores sociais e institucionais, o processo histórico da comunidade, e respeitando a cultura local. Assim, identifico a senhora como informante chave para este estudo.

Assumo o compromisso de que sua identidade permanecerá confidencial, salvo expressa manifestação em sentido contrário, haja vista a ocupação de cargos ou posições públicas. Caso à senhora decida manifestar pública a sua opinião, será garantido que a transcrição da entrevista será submetida a sua apreciação antes de qualquer divulgação.

Sua participação nessa pesquisa é fundamental para elaboração desta monografia assim como para contribuir para os estudos de Serviço Social em Meio Ambiente, porém ela é inteiramente voluntária. A qualquer momento o senhor (a) poderá desistir de continuar a entrevista e só responderá as perguntas que desejar.

Eu , _____, declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação na pesquisa “Tantas marés: (sobre) viver do marisco” e aceito nela participar.

Autorizo a identificação de meu nome nas publicações resultantes do referido projeto

Não autorizo a identificação do meu nome

Cachoeira, ___/___/2012.

Testemunha 1

Testemunha 2

Assinatura do entrevistador

Assinatura do entrevistado

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Tem filhos? Quantos?

Mora em qual comunidade?

Escolaridade:

Há quanto tempo trabalha com mariscagem?

Gosta do que faz?

A senhora trabalha quantas horas por dia? Quantos dias na semana?

Quanto recebe por cada balde de marisco catado?

Quem é o principal responsável pela manutenção familiar?

A renda da família é complementada por alguém? Quem?

A residência é própria?

Recebe o bolsa família?

Percebeu melhora por receber o benefício?

A família ou outro membro participa de outro programa do governo?

Participa de alguma organização da comunidade?

Com que frequência visita os postos de saúde?

A senhora conhece a história sobre a presença dos escravos na região?

A senhora é descendente de escravos?

Qual seu sentimento em relação à luta pelo reconhecimento como remanescente quilombola?

O que a senhora entende por meio ambiente?

E por degradação? (lembrar de explicar o que significa degradação)

Ainda sobre o meio ambiente, você acha que houve algum tipo de intervenção do homem prejudicial ao meio ambiente?

Se sim, como identifica essa intervenção em sua vida, positiva ou negativa?

Gostaria de citar algum outro tipo de agressão ao meio ambiente que percebe na região?